

## ARENAS PÚBLICAS E A ENGENHARIA DA ESCASSEZ: GOVERNANÇA TERRITORIAL E A "POBREZA FABRICADA" EM FLORIANÓPOLIS, SC<sup>1</sup>

Alessandra Maximiano Dias<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa a mobilização da ação coletiva em torno da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Florianópolis (SC), com foco no bairro Costeira do Pirajubaé. Partindo do conceito de "conspiração do silêncio" de Josué de Castro e da produção desigual do espaço de Milton Santos, a pesquisa investiga como a governança local produz uma "pobreza fabricada" e uma "engenharia da escassez". A metodologia, de caráter qualitativo e exploratório, articulou a História Oral e a observação participante à análise institucional de dispositivos normativos, como o Decreto Municipal nº 28.550/2025 ("Marmita Legal") e o Diagnóstico Alimenta Cidades (2025). Os resultados evidenciam que a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) é agravada pela topografia excludente e pela omissão estatal na provisão de equipamentos públicos, deslocando a responsabilidade da sobrevivência para a "engenharia doméstica" das mulheres periféricas. Conclui-se que a governança municipal prioriza mecanismos de controle e vigilância em detrimento da justiça espacial, reafirmando a necessidade de descentralização das políticas de SAN e do reconhecimento do território como eixo central da cidadania.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional. Território. Governança. Florianópolis. Estratégia Alimenta Cidades.

1

**ABSTRACT:** This article analyzes the mobilization of collective action regarding Food and Nutrition Security (FNS) in Florianópolis, Santa Catarina, focusing on the Costeira do Pirajubaé neighborhood. Based on Josué de Castro's concept of the "conspiracy of silence" and Milton Santos' theory of the unequal production of space, the research investigates how local governance produces "manufactured poverty" and an "engineering of scarcity." The qualitative and exploratory methodology combined Oral History and participant observation with an institutional analysis of regulatory instruments, such as Municipal Decree No. 28,550/2025 ("Marmita Legal") and the 2025 Food Cities Strategy Diagnosis. The results demonstrate that Food and Nutrition Insecurity (FNI) is exacerbated by excluding topography and state failure in providing public facilities, shifting the responsibility for survival onto the "domestic engineering" of peripheral women. The study concludes that municipal governance prioritizes control and surveillance mechanisms over spatial justice, reaffirming the need for decentralized FNS policies and the recognition of the territory as a central axis of citizenship.

**Keywords:** Food and Nutrition Security. Territory. Governance. Florianópolis. Alimenta Cidades Strategy.

<sup>1</sup> Pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Processo nº 88887.197680/2025-00.

<sup>2</sup> Mestranda Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN) Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

## I.INTRODUÇÃO

**“Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer?” (JESUS, 2007).**

A indagação de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo* (2007) não é apenas um registro literário; é uma denúncia visceral da formação socioespacial brasileira e da naturalização da escassez no cotidiano urbano. Sua escrita revela a fome não como ausência pontual de alimentos, mas como uma experiência estruturante da vida social, atravessada por desigualdades históricas e pela marginalização de corpos e territórios.

A saída oficial do Brasil do Mapa da Fome da ONU em 2025 produziu um otimismo estatístico que, sob uma lente territorial e relacional, revela-se profundamente incompleto.

Historicamente, a fome no Brasil é envolta no que Josué de Castro (2005) denominou como 'conspiração do silêncio': um fenômeno ocultado deliberadamente por interesses políticos e econômicos que ditam os limites do que deve ser enfrentado publicamente. Essa invisibilidade artificial camufla o que Mattei et al. (2022) definem como a expressão biológica de uma doença social, reafirmando que a insegurança alimentar não é um subproduto da natureza, mas o resultado direto de relações de poder perversas e da má distribuição estrutural da riqueza." 2

Em cidades como Florianópolis (SC), frequentemente associadas a elevados indicadores de desenvolvimento humano, a insegurança alimentar e nutricional (InSAN) persiste sob formas sutis. Esse cenário evidencia o que Milton Santos (2003) denomina como a produção desigual do espaço, na qual a cidade formal convive com uma cidade invisibilizada.

O paradoxo catarinense torna-se evidente na tensão entre a pujança do agronegócio exportador e o aumento proibitivo no custo de vida na capital. Dados de março de 2026 (ICV/ESAG-UDESC) indicam altas expressivas no preço de itens básicos da dieta brasileira, como a batata inglesa (86,9%) e o tomate (74,6%). Segundo o DIEESE (2026), o custo da cesta básica em Florianópolis passou a exigir 108 horas e 14 minutos de trabalho mensal, comprometendo severamente o acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Esse quadro de carestia é agravado por um ambiente alimentar degradado, no qual o consumo de ultraprocessados já alcança 30,5% da ingestão diária (Cacau et al., 2025). Tal cenário de vulnerabilidade é corroborado por Costa et al. (2025), ao demonstrarem que a descentralização das políticas de SAN no Sul do Brasil ainda é frágil, carente de monitoramento e desconectada da urgência imposta pela inflação de alimentos.

Este artigo tem como objetivo analisar a mobilização da ação coletiva em torno da SAN em Florianópolis, tomando como referência empírica o território da Costeira do Pirajubaé e as arenas públicas associadas, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEAS).

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial articula as perspectivas da nutrição social, das ciências sociais e da geografia crítica para compreender a insegurança alimentar como um fenômeno multidimensional e territorial. A proposta é desnaturalizar a fome, revelando-a como um produto de relações de poder e de dinâmicas institucionais que condicionam o acesso à alimentação no espaço urbano contemporâneo.

### 2.1. A Natureza Política da Fome e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) fundamenta-se na alimentação como direito social (Emenda nº 64/2010), superando a visão da fome como fatalidade biológica. Como afirma Castro (2005), “a fome é criação do homem”, resultado de estruturas sociais desiguais e decisões políticas. Essa compreensão dialoga com a abordagem das capacidades de Sen (2015), ao evidenciar que a fome decorre da privação de acesso e não meramente da falta de disponibilidade de alimentos.

A literatura reforça que a fome é a expressão biológica de uma doença social (Mattei et al., 2022). Sob essa ótica, a pandemia da COVID-19 não foi a "causa" da fome, mas um evento revelador que expôs problemas estruturais e o desmonte das políticas de SAN desde 2016.

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) integra, portanto, o "mínimo existencial" (Almeida; Frozi, 2020), exigindo que o Estado garanta o acesso regular, permanente e culturalmente adequado aos alimentos.

### 2.2. Transição Nutricional e os Ambientes Alimentares Urbanos

O Brasil enfrenta uma transição nutricional marcada pela substituição de alimentos *in natura* por produtos ultraprocessados (Monteiro, 2025). Esse processo é territorialmente condicionado: o espaço urbano segrega quem acessa o quê e onde (Santos, 1987). Surge, assim, a necessidade de analisar os ambientes alimentares, definidos como o conjunto de condições físicas e econômicas que moldam as escolhas de consumo.

A degradação desses ambientes gera Desertos Alimentares (escassez de frescos) e Pântanos Alimentares (alta densidade de ultraprocessados). De acordo com a Estratégia Alimenta Cidades (MDS, 2024), essas categorias são fundamentais para compreender como o planejamento urbano produz saúde ou doença. Em Florianópolis, a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) não é apenas fruto da renda insuficiente, mas da organização espacial que "cerca" comunidades periféricas com ofertas nutricionalmente pobres.

### 2.3. Fenomenologia da Fome e Resistência Feminina

A fome, para além das estatísticas, é uma experiência vivida e corporal. Jesus (2007) a descreve como uma "tontura" que agride a dignidade. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua - IBGE (2024) confirmam que essa experiência é atravessada por gênero e raça: a insegurança alimentar grave é significativamente superior em lares chefiados por mulheres pretas e pardas, evidenciando o sistema de "marginalidades múltiplas" (Gonzalez, 1984).

Nesse contexto, as mulheres emergem como protagonistas da resistência. Através de redes de cuidado e de uma "engenharia doméstica" da sobrevivência (uso criativo de recursos escassos), elas tensionam a ausência do Estado e reafirmam a dimensão política do ato de alimentar.

### 2.4. Estratégia Alimenta Cidades e a Governança Local: O Diagnóstico de 2025

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – Alimenta Cidades (Decreto nº 11.822/2023) constitui uma iniciativa intersetorial coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em parceria com os Ministérios das Cidades (MCID), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a CONAB.

O objetivo central da Estratégia é responder aos desafios complexos dos centros urbanos na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), focando na ampliação do acesso e consumo de alimentos saudáveis em territórios periféricos e grupos em situação de risco social.

Ao oferecer apoio técnico direto aos municípios prioritários, a Estratégia busca consolidar sistemas alimentares sustentáveis, justos e resilientes. No entanto, ao aterrissar em Florianópolis em abril de 2025, o diagnóstico local revelou um descompasso contundente entre essas diretrizes federais e a execução municipal. Enquanto a Estratégia Nacional visa a

capilaridade e o fortalecimento de redes, a realidade local aponta para a inexistência de Cozinhas Comunitárias de iniciativa do Poder Público, sendo a rede de proteção sustentada quase integralmente por 15 cozinhas solidárias da sociedade civil.

A fragilidade normativa na Região Sul, onde a produção legislativa de SAN concentra-se majoritariamente na dimensão produtiva (37%) em detrimento do acesso universal (Lima et al., 2025), reflete-se na governança de Florianópolis por meio do Decreto Municipal nº 28.550/2025 (Marmita Legal). Sob a justificativa de padronização sanitária e ordenamento do espaço público, tal medida impõe um modelo de centralização das refeições e controle burocrático.

Ao exigir cadastros obrigatórios e prever sanções para ações em vias públicas, o Estado prioriza mecanismos de vigilância em detrimento da urgência social, ignorando o abismo territorial atestado pelo Diagnóstico Alimenta Cidades (2024/2025): em Florianópolis, os desertos alimentares saltam de uma média municipal de 12,3% para 21,2% em áreas de favela. Assim, ao restringir a assistência nas periferias, o Poder Público aprofunda a exclusão, provando que a InSAN urbana é uma produção social, territorializada e deliberadamente política.

### 3. METODOLOGIA

Florianópolis, capital de Santa Catarina, apresenta o paradoxo de ostentar um dos maiores IDHs do Brasil enquanto camufla profundas desigualdades socioespaciais. O bairro Costeira do Pirajubaé, objeto deste estudo, é um território emblemático dessa dualidade. Localizado na porção insular, o bairro passou por processos de urbanização excludentes — como a construção da Via Expressa Sul — que fragmentaram o território e dificultaram o acesso a serviços básicos. Hoje, a Costeira é um mosaico de ocupações onde a 'Cidade Alta' concentra as maiores vulnerabilidades, funcionando como um laboratório vivo para observar a produção social da escassez."

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e analítico, fundamentada na compreensão das experiências vividas e das dinâmicas institucionais em torno da Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) em Florianópolis (SC). O estudo apresenta um recorte preliminar de uma pesquisa de mestrado aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer nº 8.063.917).

#### 3.1. Delineamento e Procedimentos de Campo

A pesquisa adota como abordagem principal a História Oral (Alberti, 2005) articulada à inserção prolongada no campo e à observação participante. O campo empírico central é o bairro Costeira do Pirajubaé, território marcado por profundas desigualdades socioespaciais. A pesquisa realizada no território evidencia que a InSAN se intensifica com a geografia da exclusão: quanto maior a declividade e o distanciamento dos eixos centrais, mais precário torna-se o acesso à alimentação adequada.

A produção de dados foi organizada em dois eixos complementares:

- **Dimensão Vivencial e Comunitária:** Realização de entrevistas em história oral com moradores e lideranças da Costeira do Pirajubaé, focando nas trajetórias de vulnerabilização e nas redes informais de solidariedade que mitigam a fome imediata frente à ausência de equipamentos públicos (como cozinhas comunitárias ou restaurantes populares no bairro).
- **Dimensão Político-Institucional:** Focada na governança da SAN, este eixo compreendeu entrevistas semiestruturadas com atores estratégicos, incluindo representantes do CONSEA, MDS, Ministério Público (MPSC) e secretarias municipais.

### 3.2. Análise Documental e Normativa

Complementarmente, realizou-se uma análise documental de instrumentos normativos que moldam a segurança alimentar na capital catarinense. O foco incidiu sobre dispositivos recentes que tensionam a relação entre Estado e Sociedade Civil, com destaque para:

- O **Decreto Municipal nº 28.550/2025 (Decreto da Marmita Legal)**, que restringiu a doação de alimentos por cozinhas solidárias e indivíduos em vias públicas;
- A **Portaria MDS nº 1.148/2026**, que estabelece novas diretrizes para o fomento de cozinhas solidárias no âmbito federal.

### 3.3. Tratamento e Análise dos Dados

Os dados produzidos (transcrições de entrevistas, diários de campo e documentos) foram submetidos a uma abordagem interpretativa, com a identificação de categorias emergentes. O processo analítico buscou compreender a fome não apenas como um indicador, mas como um "percurso" — uma experiência territorializada que envolve negociar redes, improvisar soluções (como a "engenharia doméstica" dos moradores) e enfrentar as barreiras impostas pelo fechamento de equipamentos públicos, como o Restaurante Popular Central em 2025.

## 4. DISCUSSÃO

#### 4.1.A Fome como Experiência Vivida e Dimensão Biográfica

A InSAN ultrapassa a métrica calórica; ela se constitui como uma dimensão biográfica que reorganiza a subjetividade e as prioridades vitais. Priscila relata o peso dessa privação ao narrar:

*“Eu passei 15 dias comendo só arroz, com minha filha no colo”.*

O depoimento evidencia que a fome impõe escolhas impossíveis, forçando o sujeito a hierarquizar necessidades básicas em um cenário de escassez absoluta:

*“Ter um teto virou mais importante do que comer”.*

Essa "escolha" revela a face mais cruel da pobreza fabricada, onde a dignidade da moradia disputa espaço com a sobrevivência biológica.

#### 4.2. A Cidade Alta: corpo, esforço e desigualdade na paisagem

A subida para a Cidade Alta provoca sempre um sentimento paradoxal: fascínio e temor. A inclinação da ladeira é intensa. Logo no início, encontrei uma mulher descansando. De um lado, um saco de ração animal de quinze quilos; do outro, sacolas cheias de compras. Respirava fundo para continuar. A cena dizia mais sobre a vida local do que qualquer mapa: ali, subir não é metáfora — é esforço cotidiano.

Essa dificuldade física de acesso corrobora os dados do Diagnóstico Alimenta Cidades (2025), que classifica territórios de favela com índices de desertos alimentares (21,2%) muito superiores à média municipal.

*“Cheguei ao topo sem fôlego, tomada por uma sensação de vitória e medo. O relevo revela a dimensão corporal da desigualdade urbana”.*

Isso sintetiza o que Santos (2003) descreve como “uso do território”: não apenas infraestrutura e morfologia, mas esforço físico, desgaste e risco — elementos que moldam a experiência alimentar e urbana.

#### 4.3. Estratégias de Sobrevivência e a “Engenharia Doméstica”

Diante da inércia estatal, os sujeitos desenvolvem uma racionalidade da escassez. Angelita exemplifica essa agência ao descrever o manejo de três tipos de fogões (lenha, elétrico e gás) para contornar o alto custo da energia e do combustível. Essa "engenharia doméstica" não é uma escolha cultural, mas uma resposta à omissão do Poder Público que, em 2025, ainda não dispunha de cozinhas comunitárias públicas no território.

No entanto, essa agência encontra limites estruturais severos que expõem o paradoxo da ascensão social desassistida:

*“Minha filha, na universidade, acaba comendo macarrão instantâneo porque é o que dá pra pagar”.*

A crítica de Angelita estende-se à própria instituição acadêmica, denunciando uma visão técnica que ignora a reprodução da vida:

*“A universidade nunca se importou com o que comemos, apenas se a casa em lugar irregular vai cair, e nada fazem”.*

Essa fala revela a face da governança territorial que prioriza a gestão do desastre iminente — a fiscalização da moradia irregular — em detrimento da segurança alimentar cotidiana. Para a moradora, a presença institucional é seletiva e higienista: preocupa-se com a estrutura física da habitação, mas permanece cega à fome que habita dentro dela, perpetuando o ciclo da InSAN mesmo nos espaços de formação intelectual.

#### 4.4. O Estado Ambíguo e as Arenas de Disputa

O Poder Público manifesta-se em uma dualidade entre a barreira burocrática e o suporte assistencial. Priscila critica o CRAS: *“Por que não pedem tudo de uma vez?”*, revelando como o tempo do pobre é desconsiderado. Essa ambiguidade torna-se hostilidade com o Decreto Municipal nº 28.550/2025 ("Marmita Legal"), que, ao criminalizar a doação fora de pontos centralizados, desarticula as redes de solidariedade. Nesse vácuo, espaços como o CONSEAS configuram-se como arenas públicas (Cefaï, 2002), e a escola surge como o último pilar:

*“É a escola que garante que meu filho come”.*

#### 4.5. Invisibilidade e a Conspiração do Silêncio

A sobrevivência na periferia exige o recolhimento como tática de proteção:

### **“A gente fecha a casa porque tem medo”.**

Essa invisibilidade dificulta o mapeamento real da fome, alimentando a "conspiração do silêncio" (Castro, 2005) e permitindo que Florianópolis sustente uma imagem de "cidade de excelência" enquanto oculta as tonturas que ocorrem atrás das portas fechadas do morro.

## **CONCLUSÃO**

A investigação sobre a insegurança alimentar na Costeira do Pirajubaé revela que a fome em Florianópolis não é uma carência isolada, mas um fenômeno territorializado e politicamente produzido. A análise da "Engenharia da Escassez" demonstrou que o abismo entre a cidade planejada e a cidade vivenciada materializa-se na geografia do morro, onde o esforço físico e a distância dos serviços públicos funcionam como pedágios para o acesso à dignidade alimentar.

Os resultados obtidos até o momento confirmam que a InSAN ultrapassa a métrica calórica, constituindo-se como uma dimensão biográfica que força escolhas impossíveis entre o habitar e o comer.

Conclui-se que a "conspiração do silêncio", outrora denunciada por Josué de Castro, persiste sob novas roupagens: manifesta-se no otimismo estatístico da saída do Mapa da Fome e na ambiguidade estatal que, ao mesmo tempo que omite equipamentos públicos de SAN, criminaliza a solidariedade orgânica por meio de dispositivos como o Decreto Municipal nº 28.550/2025.

A pesquisa evidencia que as táticas de resistência — aqui denominadas como "engenharia doméstica" — embora fundamentais para mitigar a fome imediata, operam no limite da exaustão física e financeira das mulheres periféricas. Esse deslocamento da responsabilidade estatal para o trabalho de cuidado feminino denuncia a fragilidade da governança local em face das diretrizes da Estratégia Alimenta Cidades.

Por fim, este estudo reafirma a necessidade urgente de integrar o planejamento territorial e urbano à política de segurança alimentar. Superar a InSAN em Florianópolis exige mais do que auxílios emergenciais; demanda a implementação de cozinhas comunitárias descentralizadas, o fortalecimento das redes de economia solidária e o reconhecimento da justiça espacial como eixo central da cidadania.

Somente ao romper o silêncio institucional e enfrentar as barreiras físicas e burocráticas impostas ao território será possível garantir que o Direito Humano à Alimentação Adequada deixe de ser uma aspiração teórica e torne-se realidade nas encostas da cidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, S. O.; FROZI, D. S. **Direito à alimentação adequada e a Medida Provisória 870/2019: um estudo à luz da constitucionalidade**. Teoria Jurídica Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 110-132, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/25761>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=EMC&numero=64&ano=2010&ato=491ETQ61EMVpWTf2d>

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11822.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11822.htm). Acesso em: 26 mar. 2025.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Portaria MDS nº 1.148, de 23 de janeiro de 2026**. Disciplina o apoio técnico e institucional para a implementação do Protocolo Brasil Sem Fome. Brasília, DF: MDS, 2026. Disponível em: <http://www.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CACAU, Leandro Teixeira; BENICIO, Maria Helena D'Aquino; LEVY, Renata Bertazzi; LOUZADA, Maria Laura da Costa. **Estimativa da participação de alimentos ultraprocessados nos municípios brasileiros**. Revista de Saúde Pública, v. 59, e22, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2025059006615> Acesso em: 13 nov. 2025.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

10

CEFAI, D. **¿Qué es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento** Título original: "Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste". In : Cefaï, D. y Joseph, I. (coords.). L'heritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002, p. 51-81.

COSTA, Ana Paula Vieira da; LIMA, Giovana Felício; MARTINS, Milena Correa; MACHADO, Mick Lennon; SOAR, Claudia; GABRIEL, Cristine Garcia. **Segurança Alimentar e Nutricional: uma análise sobre o arcabouço legislativo dos estados brasileiros**. Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, Uberlândia, v. 21, p. e2104, 2025. DOI: 10.14393/Hygeia2172542. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/72542>. Acesso em: 03 abr. 2026.

DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Florianópolis, SC: DIEESE, mar. 2026. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2026/202602cestabasica.html>. Acesso em 08 março 2026

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2025: Building resilience for food security and nutrition**. Roma: FAO, 2025. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/sofi>. Acesso em: 08 jan. 2026.

**FLORIANÓPOLIS (Município).** Decreto nº 28.550, de 22 de setembro de 2025. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25\\_09\\_2025\\_13.40.47.7b3451439d28d9dc95557dbad79bd3a1.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_09_2025_13.40.47.7b3451439d28d9dc95557dbad79bd3a1.pdf) Acesso em: 02 março. 2026.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.** Ciências sociais hoje- anpocs, p. 223-244, 1984.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua: Segurança Alimentar 2023-2024.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 10 mar. 2026.

JESUS, Carolina M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** 9ed. São Paulo: Ática, 2007.

MONTEIRO, Carlos Augusto et al. **Ultra-processed foods and human health: the main thesis and the evidence.** The Lancet, v. 406, n. 10520, p. 2667-2684, 2025.

Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(25\)01565-X/fulltext?rss=yes](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(25)01565-X/fulltext?rss=yes). Acesso em 08 fev.2026

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10 edição, Rio de Janeiro, Record, 2003.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC). Centro de Ciências Administração e Socioeconômicas (ESAG). **Índice de Custo de Vida (ICV): boletim mensal de março de 2026.** Florianópolis: ESAG/UDESC, 2026. Disponível em: [https://www.udesc.br/noticia/ndice\\_de\\_custo\\_de\\_vida\\_em\\_florianopolis](https://www.udesc.br/noticia/ndice_de_custo_de_vida_em_florianopolis). Acesso em: 15 mar. 2026.